

Agora é tomar as ruas para cobrar o plebiscito oficial para Constituinte



A primeira etapa foi nas ruas. Entre os dias 1º e 7 de setembro deste ano, 477 organizações, dentre elas o Sindicato dos Bancários do Pará, trabalharam em todo o país para arrecadar votos no Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Mais de 7,5 milhões disseram “sim” à convocação da consulta.

A segunda, em Brasília, nos dias 14 e 15 de outubro, quando a CUT e os parceiros que integram a campanha apresentaram à então candidata Dilma Rousseff, ao presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN), ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e ao Supremo Tribunal Federal o resultado do plebiscito.

A terceira e mais difícil começa agora. Após a consulta simbólica, os movimentos pressionarão o Congresso Nacional para que convoque a oficial.

A organização do plebiscito definiu também que irá aprofundar o debate nas regiões por meio de audiências públicas nas assembleias legislativas e câmaras municipais, entre os dias 9 e 15 de novembro, quando a campanha completa um ano.

O objetivo é fazer com que o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 1508/2014, protocolado no dia 30/10 pelos deputados federais Renato Simões (PT-SP) e Luiza Erundina (PSB-SP), seja aprovado na Câmara. O texto agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O texto com a assinatura de 185 deputados, 15 acima do mínimo exigido, estabelece o prazo de até dois anos para a convocação do plebiscito, após a aprovação do projeto.

Da mesma forma que na etapa simbólica a consulta oficial traria uma única pergunta: “Você é a favor de uma Assembleia Nacional Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político?”. Caso o sim vença, o PDL determina que o Tribunal Superior Eleitoral chame uma Assembleia Constituinte eleita exclusivamente para discutir mudanças no sistema político.

Plebiscito ou referendo? - A mídia, que ignorou a campanha, agora tenta fazer uma falsa polarização entre referendo e plebiscito, após a presidenta Dilma reafirmar a defesa do plebiscito depois da vitória nas urnas.

O plebiscito é uma consulta popular em que o povo determina o que o Congresso vai fazer. No referendo, o Congresso decide e depois submete ao povo o resultado da sua decisão. Todas as constituintes tiveram como traço comum, a exclusão do povo no processo de decisão, e não é isso que queremos. “Acreditamos que o Congresso atual e o eleito não irão legislar contra os próprios interesses e, por isso, defendemos a formação de uma Constituinte exclusivamente eleita para debater esse tema”, afirma a presidenta do Sindicato, Rosalina Amorim.

No TST, Sindicato ganha mais uma sobre o Plano de Funções do Banco do Brasil

O Banco do Brasil ingressou com Ação Cautelar Inominada no Tribunal Superior do Trabalho pleiteando, em caráter de tutela antecipada, a suspensão da liminar concedida na Justiça do Trabalho da 8ª Região e confirmada no Tribunal Regional do Trabalho. O Tribunal Superior negou a tutela, entendendo que o pedido não merecia atendimento excepcional.

“O Sindicato segue em todas as frentes contra a decisão da direção do Banco do Brasil que penaliza os funcionários, seja quando pretende reduzir o salário, seja quando não nomeia para as vagas existentes, permitindo o surgimento de claros e de desvio de função em série, sobrecarregando os trabalhadores nas unidades, visto que, em nenhum momento a decisão da justiça proíbe o Banco do Brasil de nomear, sendo esta uma decisão administrativa e unilateral da empresa”, afirma a presidenta do Sindicato dos Bancários do Pará, Rosalina Amorim.

Resumo do caso - O Sindicato dos Bancários do Pará ingressou com Ação Civil Pública contra o Plano de Funções, ação esta tombada sob o nº000.0195-63.2013.5.08.0007 e em trâmite na 7ª Vara do Trabalho de Belém, tendo como principal pedido a modificação do Plano de funções, no sentido de reduzir a jornada do funcionário sem que haja a redução do seu salário, além de proibir a obrigação dos funcionários em assinar o termo de compromisso.

A entidade teve seu pleito atendido em primeira instância e a decisão foi mantida no Tribunal, inclusive, as decisões deveriam ter sido cumpridas imediatamente. O banco nunca se conformou com a tutela antecipada conseguida e tentou diversas manobras jurídicas para suspender a antecipação dos efeitos da tutela, através de mandado de segurança, ação



cautelar inominada e Correição Parcial. Perdeu em todos os casos.

O banco segue recorrendo contra a decisão que, no mérito, reconheceu a procedência dos pleitos do sindicato. Para tanto interpôs Recurso de Revista para o TST (ao qual foi negado seguimento) e Agravo de Instrumento em Recurso de Revista. Como os recursos não suspendem os efeitos da tutela, o banco interpôs no TST Ação Cautelar, com pedido de tutela antecipada, para suspender a decisão principal. O TST entendeu que o pedido só pode ser apreciado após a contestação do sindicato.

Por ter o seu pedido negado, mais uma vez, o banco interpôs outro recurso, que está pendente de julgamento. O sindicato já está se manifestando no processo, contra o banco, no sentido de manter os seus pedidos e indeferir o da empresa.

Sindicato denuncia condições de trabalho na Caixa, em Breves



A certidão do habite-se é um documento que atesta que o imóvel foi construído seguindo-se as exigências (legislação local) estabelecidas pela prefeitura para a aprovação de projetos, mas segundo denúncias recebidas pelo Sindicato, a agência da Caixa em Breves, na Ilha do Marajó, não possui esse documento desde 2012.

E os problemas na unidade vão além. Registros fotográficos mostram rachaduras nas paredes, no forro de gesso, goteiras, infiltrações que molham documentos e inclusive os próprios bancários que precisam driblar

as goteiras para poder trabalhar. Alagamentos também seriam frequentes após chuvas fortes no município, sendo necessários baldes para recolher a água acumulada.

Os graves problemas teriam levado o Corpo de Bombeiros a inspecionar o local e alertar os responsáveis pela agência sobre a necessidade de interdição do prédio. A própria gerência de logística da Caixa também já teria atestado a necessidade de mudança de imóvel.

Preocupado com a segurança dos bancários, clientes e usuários, o Sindicato já encaminhou ofício à Superintendência Regional do Trabalho relatando os problemas com as fotos em anexo, o mesmo documento também foi enviado à superintendência do banco em Belém e uma reunião já foi solicitada para discutir o assunto.

“Com os devidos cumprimentos, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Pará, vem alertar sobre o risco aos empregados, clientes e usuários da agência Breves/PA em decorrência de problemas estruturais no prédio onde funciona a agência, além da insalubridade que já é cotidiana (...) Solicitamos que a situação exposta seja verificada urgentemente”, diz o ofício.

O Sindicato ainda aguarda resposta da Caixa.

Vitória: Sindicato derruba na justiça a **Lateralidade** no Banco da Amazônia

O Sindicato dos Bancários do Pará conseguiu mais uma importante vitória jurídica em favor dos empregados e empregadas do Banco da Amazônia. Em julgamento ocorrido no dia 28/10, a Justiça do Trabalho reconheceu a ilegalidade da chamada Lateralidade do Banco da Amazônia.

Como é de conhecimento da categoria, no mês de março de 2013 o Banco da Amazônia implementou a chamada política da lateralidade. Na prática, a empresa passou a não mais pagar as substituições decorrentes de afastamento temporário de seus funcionários, passando a existir a figura do lateral: funcionário ocupante de função comissionada similar que responderia por suas atribuições regulares e pelas atribuições do funcionário que precisou se ausentar do serviço, sem receber qualquer valor pelo acúmulo de funções.

A intenção declarada da empresa era aumentar lucros e deixar de pagar os direitos trabalhistas devidos.

Não podendo se conformar com essa situação, o Sindicato ajuizou Ação Civil Pública, ainda no mês de março do ano passado, tentando fazer cessar essa lesão aos direitos dos empregados e empregadas do Banco da Amazônia. O processo foi autuado sob o número 0000298-49.2013.5.08.0014.

A sentença de primeiro grau julgou o processo improcedente. Contra esta decisão o sindicato recorreu, sendo vitorioso em seu recurso, tendo a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho decidido pela procedência da ação, restando declarada a ilegalidade da chamada lateralidade.

Na prática a decisão obriga o Banco da Amazônia a pagar todas as substituições, ainda que feitas por “lateral”. Ressaltamos que o pagamento das substituições já feitas ocorrerá após o fim do processo. Contudo, consi-



derando que houve antecipação de tutela, as substituições que ocorrerem após a intimação do banco deverão ser pagas em contracheque e de forma imediata.

A decisão ainda se encontra dependente de recurso por parte do banco, mas nosso Sindicato estará vigilante para atuar em defesa dos direitos da categoria.

Mais uma vez o Sindicato consegue, através da justiça, derrubar uma ilegalidade praticada pelo Banco da Amazônia, pois além da Lateralidade, já tínhamos conseguido na esfera judicial a garantia do direito do descanso de 15 minutos dos empregados do Banco da Amazônia dentro da jornada de 6 horas da categoria, além de derrotar o NP118, o BS60, garantir o pagamento de 1/3 de Férias, o piso salarial dos engenheiros, dentre outras vitórias que demonstram que as medidas de gestão da atual diretoria do banco, que é temerária, autoritária, que não negocia, e demonstra estar na contramão da garantia dos direitos dos trabalhadores.

Seguiremos firmes na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e contra as arbitrariedades e tentativas de retirada de direitos da categoria, seja no Banco da Amazônia ou em qualquer outra instituição bancária.

Sindicato solicita manual de procedimento do **ponto eletrônico** do Banpará



Através de ofício enviado no dia 30/10, o Sindicato dos Bancários do Pará solicitou ao Banpará, o manual de procedimento do ponto eletrônico da instituição para conhecimento, no estágio em que o mesmo esteja, tendo em vista que o mesmo está previsto para começar a funcionar no próximo dia 20 de novembro de 2014.

Além disso, a entidade sindical também solicitou que o banco marque uma data para explanação às entidades sobre o ponto eletrônico, e sugeriu os próximos dias 11 ou 12 de novembro para que esta reunião ocorra.

“O ponto eletrônico é uma conquista da luta do funcionalismo do Banpará, e este deverá ser implementado pelo banco ainda este ano. Aguardamos a resposta do Banpará para a reunião que solicitamos e esperamos que todos os procedimentos para pôr o ponto eletrônico em prática já estejam encaminhados”, afirma a presidenta do Sindicato, Rosalina Amorim.

Bradesco lucra R\$ 11,2 bilhões até setembro, mas corta 1.640 empregos

Mesmo obtendo um lucro líquido ajustado de R\$ 11,227 bilhões nos primeiros nove meses de 2014, um crescimento de 24,7% em relação ao mesmo período do ano passado, o Bradesco cortou 1.640 empregos, o que é totalmente injustificável.

A redução de postos de trabalho mostra que o banco anda na contramão da economia brasileira que entre janeiro e setembro deste ano gerou 904.913 novos empregos com carteira assinada.

Se forem comparados os últimos 12 meses, o banco promoveu o fechamento de 2.561 vagas. Assim, o número de empregados da holding em setembro de 2014 caiu para 98.849 ante 101.410 em setembro de 2013, o que representa uma queda de 2,5%, segundo análise da Subseção do Dieese da Contraf-CUT com base no balanço do Bradesco, divulgado nesta quinta-feira (30).

Menos agências e PAs, mais correspondentes - O banco também fechou as portas de 38 agências e 263 postos de atendimento (PAs) nos últimos 12 meses, sendo 15 agências e 89 PAs entre janeiro e setembro de 2014.

Ao mesmo tempo, a terceirização se intensificou através da ampliação das unidades do Bradesco Expresso. O número desses correspondentes bancários cresceu em 3.406 dependências, dos quais 2.156 somente este ano, totalizando 49.020 em setembro.

Mais operações de crédito - As operações de crédito cresceram 7,7% em 12 meses, atingindo um montante de R\$ 442,2 bilhões. As operações com pessoas físicas evoluíram 8,6% em relação a setembro de 2013, chegando a R\$ 138 bilhões, o que representa 31% do



total das operações de crédito.

Já as operações com pessoas jurídicas alcançaram R\$ 306,2 bilhões, com elevação de 7,2% em comparação ao 1º trimestre de 2013, totalizando 69% do total do crédito.

“Com a margem de lucro atual, nada justifica as demissões no Bradesco, isso é inadmissível. Queremos o fim das demissões, da rotatividade e do corte de empregos. O banco tem que fazer mais contratações e melhorar as condições de trabalho. Isso é fundamental, inclusive, para o crescimento econômico do país”, afirma o diretor de bancos privados do Sindicato e funcionário do Bradesco, Saulo Araújo.

Em negociação, entidades sindicais conseguem proposta de aditivo do HSBC



Em negociação ocorrida no dia 29/10 com a Contraf-CUT, federações e sindicatos, em São Paulo, o HSBC apresentou uma minuta para a construção de um acordo coletivo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os dirigentes sindicais ficaram de analisar a redação proposta.

O principal objetivo dos bancários é assegurar a inclusão de todos os direitos e das conquistas dos funcionários no aditivo, pois, após anos e anos de luta, eles ainda se encontram listados em normativos internos do banco. A preocupação é evitar que haja descumprimento ou mudanças unilaterais.

Uma questão divergente é a inclusão na minuta de alguns temas, que na avaliação dos representantes dos bancários precisam ser debatidos separadamente, como o sistema de controle do ponto eletrônico e a instalação de Comissão de Conciliação Voluntária (CCV).

Após os debates, a Contraf-CUT ficou de finalizar a análise da minuta de aditivo dentro de 15 dias, formulando sugestões e inclusões a serem debatidas na próxima reunião, que deve acontecer em novembro.

Os dirigentes sindicais enfatizaram também que é importante o diálogo do HSBC com o movimento sindical para encontrar saídas para diversos problemas, como a criação de uma mesa permanente de saúde, entre outros temas. “A efetivação do diálogo é fundamental para resolver as demandas dos funcionários”, afirma a diretora do Sindicato e funcionária do HSBC, Eliana Lima.